



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Ética.

### APROXIMAÇÕES COM OS CONCEITOS DE VALORES, MORAL E ÉTICA A PARTIR DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

Elinadja Fonseca Silva<sup>1</sup>

Ana Samilly Alexandre Moreira<sup>2</sup>

**Resumo:** As reflexões produzidas neste trabalho buscaram compreender a construção dos valores e da moral e refletir sobre o significado e o papel da ética na suspensão do cotidiano. Discute a constituição dos valores e da moral como construções sociais, colocando-as como reflexo dos anseios e necessidades de determinado tempo histórico.

**Palavras-chaves:** Ser Social. Moral. Ética.

**Abstract:** The reflections produced in this work sought to understand the construction of values, morals and reflect the meaning and role of ethics in the suspension of daily life. It discusses the constitution of values and morals as social constructions, placing them as reflections of the longings and needs of a certain historical time.

**Key words:** Being Social. Moral. Ethic.

### INTRODUÇÃO

As reflexões no presente artigo pretendem, a partir da ontologia do ser social, compreender a construção dos valores e da moral e refletir sobre o significado e o papel da ética na suspensão do cotidiano.

Assim, recorreremos à constituição do ser social para compreendermos o papel do trabalho no salto ontológico e como a partir disso foram inauguradas legalidades que diferenciam os homens dos animais.

A partir disso, buscamos conceituar os valores e a moral como construções sociais, que respondem às necessidades específicas de determinado tempo histórico, bem como aos anseios da classe dominante. Buscamos neste trabalho localizar a ética como possibilidade de suspensão do cotidiano, destacando o seu papel no processo de aproximação do ser social com a sua essência humana.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Campina Grande. E-mail: elinadja@outlook.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: elinadja@outlook.com.

## DE ONDE PARTIMOS: APROXIMAÇÕES COM O CONCEITO DE ÉTICA E MORAL A PARTIR DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

Compreendemos que alguns apontamentos precisam ser feitos antes de adentrarmos nas discussões conceituais sobre a ética e a moral. O primeiro deles é qual a matriz teórica e os valores que orientam a nossa discussão? Quais elementos são transformados em princípios éticos e que nos orientam para a nossa realização humana? De que lugar nós estamos falando?

[...] “a ética é a referência valorativa que estabelece parâmetros das relações dos indivíduos com a sociedade” (Paiva, 1996:108), traduzindo-se em suas posturas e ações cotidianas, tendo como referência a busca da realização humana. [...] É por isso que podemos nos referir a diferentes éticas na história da humanidade, que existiram/existem em cada momento: ética burguesa, ética cristã, ética transcendental, ética revolucionária, ética utilitarista, ética aristotélica, ética naturalista, ética socialista, entre outras. Ou seja, distintas formas de compreender e direcionar a busca da realização humana e que se traduziram em diferentes princípios éticos nessa busca, como orientações gerais que direcionam as escolhas morais cotidianas (CARDOSO, 2013, p. 55).

Dessa forma, explicitamos que abordaremos a ética de forma ontológica, com base na tradição marxista, na qual a busca pela realização se fundamenta na emancipação humana, tendo como alicerce valores emancipatórios. Ou seja, a ética como “possibilidade humana de reflexão crítica sobre a moral, orientada por valores emancipatórios que nos conduzem a ações que levam em consideração o outro na direção de nossa elevação no humano-genérico” (CARDOSO, 2013, p. 56).

Abordar a ética nessa perspectiva exige que examinemos o ser social e, para isso, é necessário compreender o papel do trabalho no salto ontológico, no qual são inauguradas legalidades específicas e categorias que implicam o recuo das barreiras naturais.

É através do trabalho que o homem rompe com a mera adaptação ou submissão ao mundo natural, ultrapassa a esfera estritamente biológica. O que ele inaugura é a prévia ideação, ou seja, o sujeito que constrói o produto o faz de forma consciente. Usando a sua consciência, prevê todo o processo de sua construção antes mesmo de sua materialização, ao passo que, ao modificar a sua realidade através da construção de um novo ente, este também se modifica. Dessa forma, por meio do trabalho, complexos como linguagem e sociedade são desenvolvidos, por isso a centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social.

O trabalho considerado nesses termos é aquele que possibilita tanto o próprio desenvolvimento quando o desenvolvimento do que o realiza – o homem que trabalha. A ação consciente é aquisição que viabiliza a ultrapassagem do animal que

se humaniza para além da esfera da necessidade, para além da restrição definida pelo nexos causal do mundo natural, sem que para isso haja eliminação dos condicionamentos naturais. Recorrendo à consciência e em busca de satisfação de suas necessidades, o Ser Social constrói o mundo humano recuando, mas não eliminando, as barreiras naturais (FORTI, 2013, p. 25).

Não estamos falando de algo tão simples quanto parece; a constituição do Ser Social por meio do trabalho rompe com qualquer analogia com a natureza. Lukács nos oferece uma grande contribuição acerca deste tema quando diz que:

[...] o ser social – em seu conjunto e em casa um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se referencia aos chamados “domínio do espírito”. Mas, de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social” [...]. Esse desenvolvimento [...] é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza (LUKÁSC *apud* FORTI, 2013, p. 26).

Dessa maneira, o homem se lança na direção da construção de si mesmo como novo ser, ao passo que modifica a natureza para atender às suas necessidades, constrói seus meios de vida e a si mesmo, criando a própria história. “É nesse processo histórico que são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético” (BARROCO, 2010, p. 19). Assinalamos novamente que a sociabilidade é constitutiva do ser social, de forma que a sociabilidade pode ser percebida em todas as atividades humanas, de maneira que o homem só se constitui como homem se visto em relação aos outros e como consequência dessa mesma relação, o que chamamos de relações sociais.

Nesse quadro, emergem a consciência e o conhecimento, pois no desenvolvimento do processo laborativo é que são gestadas as necessidades espirituais do homem; é nesse percurso que a realidade vai sendo por ele desvendada, tocando a sua dimensão subjetiva. Daí inferimos que na atividade laborativa o ser humano ultrapassa-se como ser puramente natural e adquire consciência e é guiado por ela, produz conhecimentos e valores, constrói-se socialmente e, tornando-se membro de uma coletividade, dá origem a formas de regulação da sua convivência social, ou seja, cria mecanismos reguladores como, por exemplo, a moral (FORTI, 2013, p. 27).

Assim, no próximo item buscamos adentrar na discussão dos valores como fruto da atividade humana, abordando seu surgimento como produto da práxis humana.

## **A RELAÇÃO ENTRE OS VALORES E A MORAL**

Para produzir e reproduzir sua vida, o homem necessita não só produzir a matéria necessária à sua sobrevivência, mas também produzir uma série de complexos que não se

relacionam diretamente com o trabalho, mas que são essenciais às relações sociais e que produzem materialidades e subjetividades (CARDOSO, 2013). Esse é o terreno onde são gestados os valores, sendo fruto da própria atividade humana e das relações estabelecidas entre os sujeitos em sociedade. Ao passo que os sujeitos constroem os elementos necessários à sua sobrevivência e se relacionam com os outros sujeitos, passam a atribuir valor às coisas, o que é condicionado à beleza, à necessidade, à própria utilidade que o novo ente oferece e ao trabalho empregado na sua construção. Chamamos a atenção para o fato de a construção dos valores não corresponder estritamente à dimensão da subjetividade, mas que estes são produtos da práxis humana.

Em Vázquez (2000) podemos compreender a explicitação dos valores enquanto construção social na valoração que os sujeitos farão de elementos da natureza, de objetos e de produtos de seu trabalho, bem como dos valores que dizem respeito à conduta humana, ou seja, os valores morais (CARDOSO, 2013, p. 32).

Existe uma certa confusão quando somos questionados sobre o que são valores. Em geral são atribuídos a estes as normas e regras de conduta social. Também somos levados ao erro de achar que só é valor aquilo que é positivo. Chamamos atenção também para a existência de valores negativos. Já sabemos de onde os valores se originam, mas afinal o que é valor? Cardoso assinala, e nós concordamos com ela, que “é importante percebê-los como princípios ou conceitos, que partem da ação humana ao mesmo tempo em que a orientam, passando pela análise subjetiva do homem” (2013, p. 32).

Dessa forma, a criação dos valores está relacionada com os interesses sociais de determinado tempo histórico e seu modo de produção, tendo relação direta com a divisão social do trabalho, sendo assim compostos por um caráter tanto objetivo, como subjetivo, devendo ser compreendido como uma relação entre a dimensão subjetiva no sentido da tomada de decisões no cotidiano e ao mesmo tempo partindo do real em situações concretas, passando assim pela subjetividade e se concretizando através da ação do homem (IDEM, 2013). Dessa maneira, ressaltamos que não podemos confundir os valores com atitudes usualmente relacionadas às normas e regras de conduta social, embora sejam criados por essas e as orientem.

Cardoso nos oferece uma rica explicação acerca da forma como são criados e como são internalizados pelos sujeitos, sendo estes:

[...] Uma criação coletiva que diz respeito às relações sociais e, portanto, ao modo de produção (objetividade), e que, dialeticamente, eles passam pela individualidade e subjetividade do ser social. São apreendidos, reconstruídos ou reproduzidos por cada indivíduo a partir de sua consciência, nos seus diferentes níveis, e estabelecidos a partir de sua relação com a sociedade e vivência de maneira geral, ou seja, cada indivíduo singulariza a apreensão e vivências destes valores (2013, p. 34).

Antes de nos dedicarmos à compreensão sobre a moral, queremos destacar que os valores se relacionam diretamente com as variadas práxis sociais, pois dependem da nossa ação no sentido de sua manutenção ou negação, sendo essencial a compreensão da categoria da historicidade quando tratamos desses, uma vez que não existem linearidade e valores imutáveis. Retorno à compreensão de que as relações sociais são complexas e contraditórias, sendo assim permeada por tensões, de forma que os valores, mesmo que hegemônicos, também podem ser contestados, daí a importância da práxis social no sentido da manutenção ou construção de valores contra-hegemônicos.

Ainda é mister, antes de avançarmos, pensar o trabalho no modo de produção capitalista. Na sociedade burguesa, o trabalho perde a capacidade de humanização do homem, pois este se torna alienado. Assim, a sociedade se encontra dividida em classes de forma que apropriação da riqueza socialmente produzida se dá de maneira desigual. Cabe lembrar que os valores hegemônicos presentes nessa sociedade correspondem aos anseios da classe dominante, sendo eles a competitividade, o individualismo, a ganância.

Isso não impede que outros coexistam nessa sociedade, inclusive valores opostos aos hegemônicos, e ainda os valores estabelecidos em determinada realidade, bem como os juízos de valor, acabam servindo como base nas “ações, atitudes que se tornam hábitos e costumes” (IDEM, p. 41), ou seja, se relacionam diretamente com a moral; sendo ela mesma a representação da classe dominante de determinada época histórica.

A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e convivência social. [...] O senso moral ou a moralidade é uma medida para julgar se os indivíduos estão socializados, ou seja, se são responsáveis por seus atos e comportam-se de acordo com as normas e os valores socialmente determinados (BARROCO, 2008, P. 42-43).

A moral diz respeito à ação, uma ação construída e tomada com base em valores, que passam pela consciência, podendo ser aceitos ou não, daí a atenção para a internalização dos valores, que são os princípios que norteiam a moral como ação. Essa ação não é fruto de escolhas de valores isolados, escolhidos pelo sujeito de forma aleatória, mas são fruto das relações sociais estabelecidas por este e que são internalizadas como norma. Desse modo, a moral é produzida socialmente e corresponde às formas e normas de comportamento de determinado tempo histórico.

Trata-se de uma dimensão totalmente prática do cotidiano na relação entre as diferentes esferas desse mesmo cotidiano e do comportamento humano nele, na relação entre individualidade/coletividade e singularidade/genericidade, o que pressupõe a realização de escolhas (que são condicionadas/influenciadas pelas condições objetivas e subjetivas), pois sempre resulta em consequências ao

indivíduo e à coletividade. “A moral é a relação entre o comportamento singular e a decisão singular, por um lado, e as exigências genérico-sociais, por outro.” (Heller, 1991:132) (CARDOSO, 2013, p. 42).

Dadas a sua função integradora e a sua natureza normativa, a moral pode conter potencialidades que possibilitam a emancipação, no sentido de ampliação de autonomia dos sujeitos na tomada de decisões, trazendo esse mesmo sujeito para o centro, quando esse se torna responsável por suas escolhas. Mas a moral também pode ser colocada como uma forma de alienação, justamente por sua natureza normativa. A forma como ela se apresenta depende da sua direção social (BARROCO, 2008).

Já colocamos que a sua natureza normativa impede o desenvolvimento de suas potencialidades emancipadoras, sendo o cotidiano outro elemento-chave para a compreensão da moral como fonte de alienação. Justamente porque na cotidianidade a adesão à moral dominante nem sempre se dá de forma consciente, são necessários espontaneísmo e repetição da norma para que ela se transforme em costume e cumpra a sua função de integração social. No entanto, a sua legitimação implica aceitação subjetiva, uma vez que para serem aceitas precisam ser valoradas pelos sujeitos e reproduzida diante das variadas esferas e situações no cotidiano. “A moral surge como uma necessidade social de ‘assegurar a concordância de cada um com os interesses coletivos’” (VÁSQUEZ *apud* CARDOSO, 2013, p. 42).

[...] o cotidiano é um espaço que tem como características centrais: a heterogeneidade (diversidade de situações de naturezas distintas, que demanda ao sujeito sua atenção quase integral); a espontaneidade (que potencializa nos sujeitos apropriação da realidade naturalizando as regras e modos de comportamento tradicionais); a imediatividade (que conduz os sujeitos a dar respostas prioritariamente às demandas imediatas da reprodução social, pelo caráter espontaneísta e mecânico do cotidiano, em uma relação direta entre pensar e agir, sem mediações); e a superficialidade extensiva (gerando a necessidade de respostas que deem conta da extensão e da amplitude das demandas e não de seu aprofundamento e intensidade, levando em conta o somatório dos fenômenos e não suas relações) (CARDOSO, 2013, p. 45-46).

Assim, o cotidiano é campo fértil para a alienação, dada a sua característica ultrageneralizadora, lembrando que a ultrageneralização não pode ser evitada na esfera do cotidiano, sendo ela juízo ou regra provisória na esfera do comportamento, podendo ser refutada pela repetição da ação prática. Por isso que nem toda ultrageneralização é preconceito; só se torna preconceito quando a prática e a teoria a refutam e assim mesmo continuam fundamentando os seus valores e ações.

O cotidiano ainda é o campo da dimensão singular do sujeito, do pragmático, que não se percebe nem se conecta com a dimensão do humano-genérico, com a sua universalidade. “O cotidiano é, portanto, espaço da não criticidade, das respostas imediatas,

da não reflexão, da alienação, do não aprofundamento, da volatilidade” (CARDOSO, 2013, p. 46).

Até aqui apresentamos as características do cotidiano e de como ele é espaço de alienação, dificultando a tomada de decisões de forma crítica e consciente de suas responsabilidades, processo ainda mais difícil de ser realizado nas sociedades divididas em classes como a nossa, na qual interesses antagônicos disputam – mesmo que de forma desigual – o poder. Destacamos, mais uma vez, que a moral dominante é a moral burguesa, de modo que as regras e normas se estabelecem para atender e representar os interesses dessa classe.

Dessa forma, é impossível o atendimento aos interesses diversos, possibilitando o surgimento de mais de uma moral, embora somente uma seja a dominante. Isso só é possível dada a contradição presente na sociedade. É da contradição que pode surgir o novo, do descontentamento e até mesmo da transgressão com a moral dominante. Até aqui flagramos o caráter histórico e social tanto dos valores como da moral, o que significa que são mutáveis, que reside no real a possibilidade de transformação.

Mas como podemos flagrar a contradição e superar/ultrapassar a moral dominante? Como podemos viver o cotidiano de forma mais crítica? São algumas das questões que pretendemos responder com o debate da ética na seção seguinte.

## **A ÉTICA COMO POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO COTIDIANO**

Como já dissemos no início da nossa empreitada, abordaremos a ética na perspectiva marxista. Ressaltamos que existem outras perspectivas de compreensão da categoria, no entanto, vamos nos deter somente a esta, dado o espaço e a forma como já estávamos traçando nossa discussão.

Iniciamos esta seção buscando desfazer um equívoco comum, no caso, a máxima de que ética e moral são sinônimos, de que representam a mesma coisa. Ética e moral são elementos distintos, embora se relacionem diretamente.

Podemos dizer que elas têm em comum o fato de estarem relacionadas à ação humana, pois dependem dela, não sendo, portanto, naturais (Vázquez, 2000). São criações históricas e sociais e mutáveis. No entanto, ética e moral são distintas entre si (CARDOSO, 2013, p. 52).

Ressaltamos que, embora elas estejam relacionadas à ação humana, não cabe à ética a norma do que fazer nas situações concretas no cotidiano. Esse papel cabe à moral. “A ética, poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em

que consiste o fim [...] visado pelo comportamento moral” (VÁZQUEZ, 1975, p. 7). Isso não deixa de ter consequências práticas, uma vez que a reflexão teórica acaba direcionando a conduta dos sujeitos em suas decisões práticas no cotidiano, de forma que o objeto da ética é a moral, sendo ela a possibilidade de crítica ao cotidiano, como também possibilita a inversão no atendimento das necessidades no cotidiano, potencializando aos sujeitos a tomada de decisões levando em consideração não somente o “eu”, mas também a totalidade social.

Quando a moral é refletida ontologicamente, é possível ultrapassar o conformismo característico da aceitação espontânea da cotidianidade; os conflitos morais podem, então, ser apreendidos em sua relação com a totalidade social e não se apresentarem somente como conflitos morais. Principalmente, pode desvelar a objetividade de tais conflitos, permitindo que não sejam tratados como “problemas subjetivos”, cuja resolução depende da vontade singular. Isto, porém, não elimina a dimensão singular do ato moral; ao contrário, a individualidade vincula-se a ela ao posicionar-se, mas seu posicionamento se efetua no patamar de uma escolha consciente; “sua teleologia vai além de sua própria particularidade” (Helles, 1977:48) (BARROCO, 2008, P. 55).

Apesar de a ética ter como característica a generalidade, a sua reflexão pode contribuir fundamentando ou negando determinada forma de comportamento moral. De forma que a ação moral precede a reflexão ética, só a partir desta é que se abre o espaço de reflexão ética, sendo ela própria a abstração do cotidiano, projetando escolhas críticas e conscientes sobre a moral dominante, tendo como horizonte a busca pela realização humana (CARDOSO, 2013).

Assinalamos ainda que, assim como não existe somente uma moral, também não existe somente uma ética presente na sociedade, uma vez que é a teoria que investiga a moralidade. Assim é necessário saber a referência. Concordamos com Cardoso quando ela vai além do sentido da ética *stricto sensu*, percebendo a reflexão ética “como um dos elementos que compõe e viabiliza a ética enquanto capacidade humana” (2013, p. 55). Sendo a capacidade ética “[...] a capacidade de nos elevarmos ao humano-genérico tendo atitudes a partir de tal elevação – a ação ética. E isso supõe uma abstração da cotidianidade em um processo consciente, criticamente no ser social” (2013, p. 62).

Assim, a ação moral traz em si a potencialidade da ação ética, quando realizada de forma crítica, quando se afasta da mera reprodução mecânica das normas e costumes, possibilitando uma escolha livre e orientada na mediação da singularidade e genericidade humana, na qual a ação busque sua integração. Para tanto é necessário compreender a alteridade<sup>3</sup>. Uma das bases para a ação ética é o processo de aproximação e

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais acessível sobre o tema, ver Cardoso (2013).

reconhecimento do eu no outro e do outro no eu, é a percepção do que une e assemelha, identificando as suas diferenças, mas experimentando-as como parte da humanidade, objetivando um processo de identificação com o gênero humano.

Ora, se assumimos que a alteridade é a possibilidade de nos reconhecermos no outro a partir de nossas identidades enquanto seres humanos, mas também de nossas singularidades na forma de viver tal humanidade – por condições objetivas ou subjetivas –, respeitando nossas diferenças, estamos falando justamente da relação singular/genérico (CARDOSO, 2013, p. 60).

Portanto, a percepção da dimensão humano-genérica não suprime a vivência da singularidade do sujeito, é justamente a mediação entre essas dimensões que nos permite a inteireza na concretização da ética enquanto capacidade humana, onde as ações se pautam em valores emancipatórios, possibilitando a nossa aproximação com a essência humana. “Neste sentido, não há outra possibilidade para a concretização da ética a não ser na relação com outros” (IDEM, p. 62).

Entretanto, todos esses elementos pressupõem a suspensão do cotidiano, sendo as variadas práxis instrumentos que possibilitam tanto a ação ética como a objetivação do sujeito ético. Entre elas destacamos a arte, a educação e a política, sendo elas atividades que contêm potencial de elevação do campo das necessidades apenas do eu para a percepção como ser humano-genérico, sem deixar de perceber a sua singularidade. Movimento que tem como consequência o abandono da vivência egoísta, individualista tão presente na moral burguesa.

Dessa forma, a própria sociabilidade dentro do capitalismo se coloca como obstáculo à ética como capacidade humana. Dessa forma, a ética se põe como instrumento de contestação da moral dominante, possibilitando a partir da reflexão a construção de códigos morais contra-hegemônicos, tendo como horizonte estratégico a construção de uma nova sociabilidade pautada em valores emancipatórios, que possibilitem a inteireza do ser e desenvolvimento de suas potencialidades. A ética é ela própria a atividade reflexiva que possibilita uma vida mais digna, a superação dos preconceitos e consequentemente a liberdade o que permite a vivência de nossas potencialidades enquanto ser social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na nossa empreitada, abordamos a ética com base na tradição marxista, o que nos exigiu a compreensão do ser social. Para isso, foi necessário compreendermos o papel do trabalho no salto ontológico, no qual foram inauguradas legalidades específicas e categorias que implicam o recuo das barreiras naturais. Nesse processo, os sujeitos passam a construir

os elementos necessários à sua sobrevivência e se relacionam com os outros sujeitos, passando a atribuir valor as coisas. Destacamos que a construção dos valores não corresponde estritamente à dimensão da subjetividade, mas que são produtos da práxis humana.

Esses valores se relacionam com a moral, que tem a sua origem no desenvolvimento da sociabilidade, dando a ela respostas às necessidades práticas de estabelecimento de determinadas normas e deveres, que correspondem aos interesses de socialização dos sujeitos, de forma que a moral representa os interesses da classe dominante.

Procuramos ainda explicitar que esses elementos são construídos nas relações sociais e que essas relações são complexas e contraditórias, sendo assim permeadas por tensões, e que da contradição que pode surgir o novo, do descontentamento e até mesmo da transgressão com a moral dominante. Tentamos nesse percurso demonstrar o caráter histórico e social tanto dos valores como da moral, de forma que apresentamos a ética como possibilidade de transformação e de ruptura com a moral dominante, sendo ela a práxis que se relaciona com a reflexão teórica da moral, sendo ainda a possibilidade de crítica ao cotidiano, como também possibilita a inversão no atendimento das necessidades no cotidiano, potencializando aos sujeitos a tomada de decisões levando em consideração não somente o “eu”, mas também a totalidade social.

Dessa forma, a ética se apresenta neste tempo histórico como possibilidade de ultrapassar a barbárie, como atividade crítica, possibilitando a aproximação do ser social com a sua essência humana, orientando o ser na busca por sua emancipação e suspensão do cotidiano, potencializando a materialização da ação e do sujeito ético.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.